

Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento

Lidia Eugenia Cavalcante ^I

^I Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil;
lidia@ufc.br; <https://orcid.org/0000-0002-3190-6900>

Odete Máyra Mesquita Sales ^{II}

^{II} Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil;
mayra.mesquita@ufc.br; <https://orcid.org/0000-0002-9208-3071>

Maria Aurea Montengro Albuquerque Guerra ^{III}

^{III} Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil;
aureamag@ufc.br; <https://orcid.org/0000-0003-2510-911X>

Resumo: A memória institucional objetiva assegurar a preservação e a transmissão da história, identidade e conhecimentos acumulados ao longo do tempo por uma instituição, através daquilo que é produzido pelos indivíduos que a instituem e de suas relações com a sociedade. No contexto das universidades, engloba um conjunto diversificado de materiais, representativos dessa produção, evidenciando as interações socioculturais e científicas que moldaram o percurso da instituição ao longo do tempo. Nesse sentido, entende-se que abrange não apenas a documentação oficial e acadêmica, mas também pensamentos e ideias retratados nos acervos pessoais de personalidades que ajudaram a construir essa memória, e que estão custodiados em bibliotecas nas universidades. Esta pesquisa surge da percepção de que alguns acervos pessoais, doados à Universidade Federal do Ceará, carecem de estudos e tratamento técnico, tanto em relação à sua representatividade social e preservação, quanto à gestão e ao acesso. O objetivo deste estudo é, portanto, promover uma discussão acerca das possíveis interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento, destacando, de forma breve, dois acervos que são partes dessa memória. Em conclusão, se reconhece que são componentes integrantes do patrimônio documental acadêmico e desempenham um papel importante na contextualização da história social, cultural e científica da universidade.

Palavras-chave: memória institucional; acervos pessoais; representação da informação; gestão do conhecimento

1 Introdução

Esta pesquisa emerge das inquietações de dois grupos de pesquisa ao observarem a dispersão e a falta de tratamento técnico em relação a obras bibliográficas e documentos de intelectuais e professores, importantes para a fundação de cursos na Universidade Federal do Ceará (UFC). Esses materiais carecem de investimentos em conservação e restauração, assim como de estudos aprofundados sobre seus conteúdos, intencionalidade e materialidade. Especificamente, os acervos pessoais de Maria Conceição de Sousa, uma das fundadoras do curso de Biblioteconomia, e de J.C. Alencar Araripe, um dos fundadores do curso de Jornalismo, são os focos dessa preocupação.

O propósito do presente texto é realizar uma discussão sobre potenciais interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento, no contexto da Biblioteconomia. O enfoque se concentra, de maneira específica, nos dois acervos especiais mencionados e suas interconexões na constituição do patrimônio bibliográfico da UFC.

Ao buscar estabelecer um diálogo entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento, esta pesquisa se insere no contexto dos estudos desenvolvidos pelos grupos de pesquisa Cultura, Mediação e Informação Social e Gestão da Informação e do Conhecimento em Ambientes Educacionais, desde o início de 2023. Trata-se também de um trabalho colaborativo em andamento com o Laboratório de Preservação, Conservação e Restauro de Acervos (LABPRES) e a Biblioteca Laboratório (LABIB), vinculados ao Departamento de Ciências da Informação e ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (UFC).

Ambos os laboratórios baseiam suas atividades em ações que englobam ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação, com a participação de professores, pesquisadores, alunos de doutorado e mestrado em Ciência da Informação, além de graduandos em Biblioteconomia. Em outras palavras, esses laboratórios atendem aos três pilares que norteiam o ensino superior, contribuindo para otimizar resultados tanto na formação bibliotecária quanto na pesquisa científica.

Nesse contexto, as pesquisas conduzidas pelos grupos acima citados

desenvolvem-se a partir de três eixos temáticos: (1) Memória institucional, documento e patrimônio documental; (2) Representação da informação; e (3) Gestão do Conhecimento. O objetivo é, portanto, desenvolver estudos que colaborem, de forma interdisciplinar, com pesquisas nos campos histórico, social, cultural e científico, relacionados às temáticas abordadas na Biblioteconomia e na Ciência da Informação.

Cabe-nos explorar considerações que debatam a relevância desses acervos, especificamente associados aos dois docentes mencionados, na memória institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC). Isso é importante para estabelecer as conexões pessoais tanto com a instituição quanto com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. São acervos constituídos por produções bibliográficas e documentos que carregam consigo vestígios das jornadas desses professores no campo do ensino principalmente, em suas atividades profissionais, assim como nas preferências pessoais e nas ações que exerceram nas relações com outros indivíduos, desempenhando papel de destaque na criação dos cursos de Biblioteconomia e Jornalismo na UFC.

Neste estudo, a opção terminológica de categorizar como “acervo pessoal”, se justifica pela predominância de livros e pelas características intrínsecas das obras. Frequentemente, independente do suporte e do conjunto de documentos, algumas instituições públicas recorrem à variação terminológica usando as denominações “arquivo pessoal” ou “coleção pessoal”. É importante ressaltar, no entanto, que, de acordo com Britto e Corradi (2017) na arquivística, em relação ao termo “arquivo pessoal”, ao contrário da autonomia presente nos documentos biblioteconômicos, duas perspectivas devem ser consideradas: o “quando”, que abrange a temporalização, e o “como”, que está relacionado às circunstâncias que propiciam a origem documental. Além disso, no contexto dos arquivos pessoais, considera-se a indissociabilidade, as articulações e os nexos relativos às suas origens e funções, conforme destacado por Camargo e Goulart (2007).

Nesse contexto, o uso do termo “acervo”, especificamente de “acervos pessoais”, revela-se o mais adequado para esclarecer não apenas as abordagens metodológicas adotadas pelos dois grupos encarregados desta pesquisa, mas

também para destacar as formas de representação, preservação e acesso que orientam tanto o tratamento documental quanto a gestão desses materiais na biblioteca. Ressalta-se, portanto, a diversidade do conjunto das obras, mesmo que, nesse caso, elas se configurem como representativas de trajetórias profissionais, sentimentos e do valor atribuído por seu proprietário que o levou a adquiri-las.

2 Discussões teórico-conceituais

A memória institucional tem como objetivo primordial assegurar a preservação e a transmissão da história, identidade e conhecimentos acumulados ao longo do tempo por uma instituição, através daquilo que é produzido pelos indivíduos que a instituem e suas relações com a sociedade. Ela engloba um conjunto diversificado de materiais, abrangendo documentos oficiais (estatutos, regimentos, atas de reuniões, resoluções etc.), relatórios, cartas, manuscritos, discursos, registros administrativos diversos, depoimentos, fotografias, vídeos, obras artísticas, e outros elementos representativos dessa produção.

No contexto das instituições acadêmicas, a memória institucional oferece uma oportunidade de reconstruir as trajetórias individuais ou de grupos, evidenciando as interações socioculturais e científicas que moldaram o seu percurso ao longo do tempo. A memória de uma universidade abrange não apenas a documentação oficial e acadêmica, mas também pensamentos e ideias. Frequentemente, essas produções se materializam em arquivos, coleções e acervos pessoais, que são doados ou adquiridos, seja mediante compra ou outros meios, provenientes de personalidades que têm ou tiveram vínculos significativos com a instituição. Essas valiosas contribuições vão constituir os acervos de documentos da memória, os quais são custodiados em bibliotecas, arquivos e museus acadêmicos, responsáveis pelo processo que envolve a preservação, a representação, a gestão e o acesso.

Nesse cenário, a Representação da Informação (RI) desempenha um papel significativo ao possibilitar percepções, processamento, preservação e recuperação desses registros. Essa representação refere-se à codificação e

armazenamento da informação em formatos e suportes que podem ser facilmente acessados, compreendidos e recuperados posteriormente. Além disso, exerce influência na compreensão do mundo pelos indivíduos, na comunicação e na construção do conhecimento.

Na dinâmica que emerge da RI, compreende-se a vital importância de se preservar a memória das instituições e seu papel fundamental na sociedade. Isso se destaca especialmente na disponibilização de documentos e da informação neles contida, permitindo sua recuperação.

Nesse contexto, é que se justifica esta pesquisa, ao reconhecer que a memória documental institucional se presentifica na narrativa das trajetórias dos indivíduos em sua coletividade, representada na materialidade dos acervos pessoais que a constituem. Em outras palavras, a atuação de pessoas que, ao longo do tempo e por meio de diversos eventos, contribuíram e continuam contribuindo para a representação de pensamentos, testemunhos, experiências e conhecimentos nas esferas científica, acadêmica, política, social e cultural.

No âmbito da Gestão do Conhecimento (GC), o atual contexto, permeado por mudanças constantes, oriundas da sociedade contemporânea, impõe às instituições o desafio de gerenciar transições organizacionais e/ou institucionais. Simultaneamente, as organizações precisam preservar suas competências-chave, capacidades, estabilidade nas relações com partes interessadas, experiências acumuladas, práticas e expertises, independentemente da rotatividade de seus membros. Nesse sentido, um dos desafios prementes nas instituições acadêmicas é a preservação de sua memória, mediante a criação de mecanismos e processos que fomentem continuamente a transferência de conhecimento, promovendo práticas de abertura, manifestação de boa vontade, disponibilidade e a criação de oportunidades para a partilha (Neves; Cerdeira, 2018).

Nessas discussões, apresentamos, nesta seção, algumas considerações teóricas em torno do objeto estudado, visando indicar os caminhos referenciais percorridos. Essa abordagem permite a explanação acerca do arcabouço conceitual que orienta o estudo.

2.1 Memória institucional e patrimônio documental

A história das sociedades e as trajetórias humanas estão intrinsecamente ligadas à cultura material das produções informacionais e aos registros do conhecimento que atravessam o tempo, manifestando-se sob diferentes formatos, suportes e registros. Nesse contexto, produz-se consciência histórica que propicia a patrimonialização, levando a preservação dos vestígios de épocas distintas vivenciadas.

O patrimônio não surge automaticamente; são as percepções simbólicas, práticas, decisões, interesses e ações humanas que conferem aos artefatos de memória o estatuto de patrimônio. Conforme destaca Micoud (2005), para que algo se torne patrimônio, é necessário passar por um processo de patrimonialização que envolve análises baseadas em critérios históricos, sociais, culturais, éticos, econômicos ou jurídicos, por exemplo.

Para alcançar essa compreensão, lançamos mão do pensamento de Chartier (1990, p. 16) sobre a história cultural, ao afirmar que ela “[...] tem como principal objetivo identificar como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e apresentada à leitura.” No contexto das pesquisas de natureza histórico-cultural, a investigação de um artefato possibilita estabelecer uma relação documental com o tempo de sua produção, incorporando elementos distintivos como materialidade, marcas, autoria e propriedade, entre outros. Adicionalmente, é relevante observar que, ao adquirir algo, seja um livro, um quadro ou qualquer outro artefato, presume-se que haja uma motivação ou intencionalidade por parte do adquirente. Frequentemente, essa aquisição está intrinsecamente ligada ao período vivido, a questões culturais, eventos e à própria história que o objeto carrega consigo.

A história cultural, em diversos contextos, pode ser abordada por meio de múltiplos olhares e perspectivas. Neste estudo, nosso foco está na história cultural que emerge das particularidades presentes nas obras e documentos que fazem parte de um acervo cujo conteúdo pode conter indícios importantes para a memória institucional e de um determinado campo do conhecimento.

A memória institucional está sempre em construção. Constantemente são incorporados a ela documentos e artefatos diversos cujos conteúdos e valor se

tornam seus instituintes. É, portanto, “[...] um permanente jogo de informações que se constrói em práticas discursivas e dinâmicas” (Costa, 1997, p. 9). Ou seja, trata-se de uma memória dinâmica, diversa e ativa que reside no desafio e na complexidade de representar os seus atores sociais e a sua produção em diferentes trajetórias e tempos históricos:

Vistas através das lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivam como maneiras de pensar [...]. Todo esse percurso nas esferas da vida social tem deixado vestígios das mais variadas ordens. Visíveis ou invisíveis, os produtos das experiências do homem em sociedade também constituem legados/memórias. Num processo de constante transformação, a memória pode ser estudada sob diferentes aspectos (Costa, 1997, p. 4).

Nessa perspectiva, a investigação documental permite ao pesquisador explorar questões históricas presentes em expressões e marcas temporais de dispositivos de comunicação e informação, com o propósito de integrá-los ao patrimônio de uma instituição, a exemplo dos livros que fazem parte de um acervo pessoal. Através desses elementos, é possível identificar traços culturais de épocas passadas, contribuindo para a compreensão do presente, visto que “[...] Os livros não abordam apenas a história; eles constituem e incorporam o registro histórico vivo. É exatamente porque os livros têm esse poder de encapsular o passado que servem como lembrança da efemeridade do presente” (Heritage, 2019, p. 26).

Os livros que fazem parte de acervos pessoais costumam ostentar marcas de origem e evidências textuais e visuais de seus proprietários, assim como de trajetórias singulares, identificáveis tanto pelo uso quanto pelos registros de propriedade, tais como anotações manuscritas, encadernações, procedências, carimbos, marginalias, assinaturas e ex-libris. Esse conjunto constitui fontes documentais e de informação histórica para a formação da memória. Além disso, seus status e registros desempenham um papel determinante na constituição dos acervos documentais institucionais, bem como na segurança, preservação e conservação desses materiais. Compreender, portanto, o caráter raro ou especial de uma obra ou documento, evidente em sua materialidade ou conteúdo, tem se mostrado um objeto significativo de pesquisa científica em

diversos campos.

Nesse contexto, as obras dos acervos pessoais, evidenciados nesta pesquisa oferecem perspectivas distintas, simbólicas e representativas da vida acadêmica e de suas marcas temporais. Essas nuances podem ser extraídas através da análise e questionamento da materialidade bibliográfica e de suas marcas, tornando-se um objeto de pesquisa científica relevante para a compreensão da história institucional.

O conteúdo não é, portanto, o único elemento a ser examinado em uma obra; as particularidades identificáveis na fisicalidade dos documentos também devem ser questionadas e analisadas. Para isso, a história do livro, um campo dos estudos interdisciplinares, é empregada, possibilitando a interseção de disciplinas como a sociologia do conhecimento, a história, a literatura e, de maneira mais específica, a ciência da informação, com ênfase na biblioteconomia, arquivologia e museologia.

Entendemos que os documentos, especialmente os escritos, têm uma história construída a partir dos vestígios e marcas que permanecem em sua materialidade e conteúdo. São registros que emanam da dinâmica da vida social e cultural dos indivíduos e de suas criações:

Os objetos da cultura material das sociedades incluindo a documentação manuscrita e impressa por elas produzidas trazem em sua materialidade uma correspondência com os valores socialmente aceitos em determinada época e são expressões dos modos de viver e de se relacionar (Almada, 2014, p. 145).

Nessa perspectiva, a preservação e a conservação evidenciam sinais da valorização ou importância cultural, histórica e social atribuída pela instituição a um determinado conjunto de documentos sob sua custódia. Assim, “[...] Os objetos recebem, cristalizam e reorganizam sentidos provenientes das mais diversas origens, em trocas culturais que são fundamentais para a composição e compreensão da realidade vivida” (Almada, 2014, p. 145).

À luz destas reflexões sobre a memória documental institucional, sublinhamos que a escrita da história é um processo dinâmico, cujas representações se desdobram no contexto das relações estabelecidas entre os indivíduos ao longo do tempo. Incumbe a esses sujeitos empreender ações de

análise, questionamento, identificação e preservação. Assim sendo, a representação apropriada da memória institucional não apenas viabiliza a eficiente preservação dos registros e documentos que constituem a base da história de uma instituição, mas também simplifica o acesso a esses materiais. Tal garantia assegura que pesquisadores, acadêmicos e outros interessados possam explorar e utilizar esses recursos para estudos, análises e compreensão do passado.

2.2 Abordagens acerca da representação da informação

A Representação da Informação (RI) é de interesse central nas áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação, estando intimamente relacionada a questões que abrangem a organização e a recuperação da informação, a preservação da memória, a gestão do conhecimento e comunicação, entre outras. O processo abrangente de RI utiliza linguagens de indexação e concentra-se na criação de ferramentas ou instrumentos capazes de preservar a memória de um grupo por meio de seus conteúdos informacionais. Isso viabiliza a recuperação de informações que proporcionam resultados mais eficazes, garantindo, simultaneamente, a representação e a perenização das informações de um determinado grupo de domínio (Gaudêncio, 2014).

A Representação da Informação atua frente as capacidades cognitivas das pessoas, estando próxima das relações sociais. Gaudêncio (2014, p. 43) explica que “[...] se uma dada pessoa se remeter ao passado por meio dos fatos históricos documentados, será possível visualizar que a RI sempre fez parte do cotidiano das pessoas e dos modelos de sociedades que foram sendo configuradas”. Desse modo, tudo o que é sensível à compreensão humana é passível de entendimento sob o prisma da RI, isto é, “[...] qualquer que seja a forma simbólica que um objeto assuma, ele pode ser compreendido, registrado e representado de tal maneira que sua tradução proporcione um entendimento universal”, conforme destaca Gaudêncio (2014, p. 43), independente de quem seja o responsável pela definição demonstrada pelo processo de reconhecimento e explicação.

Essa afirmação encontra respaldo nas palavras de Pinto, Meunier e Silva Neto (2008, p. 17), os quais explicam que:

O significado que a palavra representação encerra não é de origem tão recente, conforme parecem imaginar alguns. Muito pelo contrário, ela sempre esteve presente no espírito humano, pelo menos, desde a Pré-história quando os homens primitivos, em suas práticas cotidianas, buscavam possibilidades de comunicação através da criação de imagens ou ideogramas; assim como da escrita cuneiforme dos sumérios e dos hieróglifos produzidos no Antigo Egito.

A representação é um conceito da filosofia clássica intrinsecamente ligado à ideia de substituição, que, por sua vez, implica em “estar no lugar de outra coisa”. Essa substituição simbólica de um objeto por meio de sua representação é discutida por Vickery (1986). Ao representar algo, estabelece-se uma relação entre o que está sendo apresentado e o signo ou símbolo (seja ele sonoro, imagético, escrito etc.), num ato de substituição que utiliza elementos simbólicos como palavras, números, esquemas, figuras, conforme destacado por Alvarenga (2006).

Na Ciência da Informação, a representação vai além de uma atividade pragmática; engloba estudos teóricos e aplicados com o propósito de viabilizar o uso e a apropriação do conhecimento produzido. Essa abordagem leva em consideração questões socioculturais, visando tornar os registros informacionais acessíveis à sociedade (Santos, 2019).

Nessa mesma perspectiva, Novellino (1996, p. 38) argumenta que a característica primordial no processo de representação da informação é a “substituição de uma entidade linguística longa e complexa – o texto do documento – por sua descrição abreviada”. Segundo o autor, o documento original é representado por meio de seus elementos constitutivos, de maneira condensada, com menos informações, sem, contudo, comprometer a compreensão de seu conteúdo.

A Representação da Informação abarca uma série de atributos que compõem a representação de um objeto informacional, incorporando duas operações distintas: a representação descritiva e a representação temática. Na representação descritiva, realiza-se a descrição física dos recursos

informacionais por meio de operações como a catalogação, um processo que se configura na representação das informações contidas em um objeto para fins de identificação, englobando elementos como título, autor(es), local, data, editora e resumo (Galvão, 2003). Isso visa permitir que o usuário identifique os elementos constituintes do objeto e decida se atendem à sua necessidade informacional.

Já a representação temática está relacionada à descrição dos assuntos presentes nos objetos informacionais, com o objetivo de facilitar a recuperação da informação. Nesse contexto, operações como classificação, indexação e elaboração de resumos documentários são exemplos de procedimentos vinculados à Representação Temática.

É importante destacar que os processos e técnicas de representação da informação passaram por uma evolução notável ao longo do tempo, fundamentada em princípios teóricos e práticas visando aprimorar a descrição das características extrínsecas dos documentos e desenvolver modelos para a representação de seu conteúdo intelectual temático, conforme salienta Souza (2014).

Em uma perspectiva complementar, o conceito de organização, entendido como o arranjo lógico de objetos e informações, estabelece conexões significativas com o conceito de representação, o qual tem instigado diversos estudos na Ciência da Informação, estendendo suas interfaces a outros campos do conhecimento, de acordo com Santos (2019).

Nesse contexto, os instrumentos, processos e produtos relacionados à organização e à representação da informação desempenham papéis essenciais na recuperação da informação em diversos contextos. Segundo Aganette (2010), eles operam como ferramentas que não somente apoiam a gestão do conhecimento, mas têm o propósito de não apenas disponibilizar informações, mas também promover e gerar conhecimento.

2.3 A gestão do conhecimento e a memória institucional

A Gestão do Conhecimento (GC), no contexto da memória institucional, refere-se ao processo sistemático de captura, organização, armazenamento, tratamento e utilização de informações e conhecimentos dentro de uma organização,

instituição ou recursos documentados. Essa abordagem tem como objetivo aprimorar a tomada de decisões, a resolução de problemas, a inovação e a eficiência geral, gerenciando e potencializando eficazmente o conhecimento coletivo.

Para garantir a continuidade efetiva e valorizar a memória, a gestão do conhecimento engloba estratégias que visam manter o conhecimento crítico dentro da organização ou na memória corporativa. Isso inclui a promoção de uma cultura de compartilhamento de conhecimento, incentivando a comunidade acadêmica a documentar suas experiências, expertises e saberes, além da criação de sistemas para capturar conhecimento tácito (que não é documentado explicitamente) por meio de orientação, aprendizado e comunidades de prática (Feitoza; Duarte, 2021).

A memória das organizações deve estar alinhada aos princípios fundamentais de seus diversos setores ou unidades, indo além da simples busca pela melhoria de seus serviços à sociedade. Ela desempenha um papel importante na promoção do acesso, utilização e tomada de decisão com base nas informações contidas em seu conjunto de documentos formais. Além disso, como argumentam Feitoza e Duarte (2021), a memória organizacional pode representar o tempo e a história em um contexto mais amplo, incluindo fatores positivos ou negativos que marcaram a trajetória da organização ou instituição.

Conforme destacado por Feitosa e Duarte (2021), a memória no contexto de instituições e organizações pode ser categorizada em Memória Institucional (MI) e Memória Organizacional (MO). A MI representa a compilação elaborada de todas as conquistas, legados e eventos que marcaram a história. Por outro lado, a MO é caracterizada como um repositório que abriga informações, conhecimentos e práticas documentadas, retidos pela organização ao longo de sua trajetória. Sua finalidade é apoiar o processo decisório, as atividades e a preservação do capital intelectual da organização.

Atualmente, defende-se a ideia de que a melhor forma para gerenciar o conhecimento organizacional é a GC, considerada como um conjunto de práticas que envolvem atividades como: criação, preservação, disseminação, apropriação do conhecimento de fontes externas e gerenciamento de conhecimentos,

baseados no capital intelectual da organização, com vistas ao uso mais efetivo do conhecimento e à criação de valor para a organização (Molina; Valentim, 2015).

Em perspectiva de processo, a GC é concebida como uma estrutura que objetiva coordenar as metas e os processos de gerenciamento do conhecimento, visando o aprendizado e a criação de valor da própria organização (Choo, 2003). Isso significa que a GC quando processada, integra várias práticas, compreendendo aspectos culturais, aprendizagem, compartilhamento, entre outros.

Para efetivar a GC, destacamos a importância do processo de preservação do conhecimento. Para que esse conhecimento seja acessível no futuro, é essencial dominar pelo menos três processos fundamentais na gestão do conhecimento: (a) selecionar eventos, pessoas e processos que merecem ser retidos; (b) armazenar as experiências de maneira apropriada; (c) assegurar que a memória organizacional seja atualizada com novos conhecimentos e descarte daqueles que não são mais úteis (Neves; Cerdeira, 2018).

Ao efetuar a gestão do conhecimento no contexto da memória e documentação, as instituições têm a oportunidade de fortalecer sua vantagem competitiva, fomentar a inovação e adaptar-se de maneira mais ágil a ambientes em constante transformação. Adicionalmente, os indivíduos podem aprimorar sua eficácia pessoal e contribuir de forma mais impactante para as organizações, fazendo uso do potencial da Gestão do Conhecimento.

Ao ponderar sobre o conceito de memória, é imperativo considerar a historicidade presente na materialidade dos documentos. Devemos compreender que as relações entre o passado e o presente, fundamentais na constituição do que chamamos de memória, se configuram pela forma como são percebidas em um dado momento. A memória, conforme observado por Garcia (2019), não tem o intuito de reconstituir um passado “real”, mas sim de constituir, por meio do mecanismo da reminiscência, uma nova experiência narrada no presente através do ato de lembrar. A memória está relacionada ao vivido, ao que é retido do passado porque é relevante para o grupo que se lembra.

No âmbito da consolidação e da interdisciplinaridade que abarcam

memória, gestão do conhecimento e suas representações, reside o enfoque desta pesquisa, delineada a partir das trajetórias social, histórica e acadêmica dos professores Maria Conceição de Sousa e J.C. Alencar Araripe, reconstituídas através de seus acervos pessoais.

Ao explorar as relações entre GC, suas representações e a memória documental institucional, emerge um problema de pesquisa nas Ciências Humanas. Isso ocorre, visto que a compreensão desses elementos depende da história das instituições ou unidades de informação e de como sua criação e mudança articulam os modos de preservar, organizar e proporcionar acesso, a diversos tipos de suportes.

Nesse contexto, ao se evidenciar esses acervos de maneira integrada, sublinha-se a imperatividade de abordar a gestão, a representação da informação e a preservação da memória por meio da documentação bibliográfica dos professores Maria Conceição de Sousa e J. C. Alencar Araripe. Sob tal cenário, evidencia-se a Biblioteca Laboratório (LABIB) do Curso de Biblioteconomia, incumbida da custódia dos acervos em destaque.

A LABIB, como espaço laboratorial, é locus que prioriza o ensino da gestão, da representação da informação e do acesso como elementos primordiais para o ensino-aprendizagem dos estudantes de Biblioteconomia. Entretanto, para além das práticas pedagógicas, empenha-se em desenvolver pesquisas de cunho acadêmico e científico relativas aos acervos sob sua guarda.

3 Memória institucional e acervos pessoais

O século XXI trouxe à tona preocupações emergentes e iminentes em relação ao patrimônio institucional, documental e material. Curiosamente, essa preocupação se intensifica ainda mais com a ascensão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). As instituições, de maneira geral, produzem uma quantidade significativa de documentos, incluindo registros de atos administrativos, cuja preservação e gestão se tornam essenciais. Esses documentos não apenas representam a memória, mas também são fontes valiosas de informação para cientistas, pesquisadores e historiadores, fornecendo elementos para a reconstituição de trajetórias em diversos contextos:

[...] Essas informações, encontradas em diversos suportes, devem ser reunidas, fazendo-se mais do que necessário a concentração destes acervos, armazenados e organizados corretamente com a finalidade de estarem disponíveis para consulta porque retratam não só as atividades de uma instituição, mas a época em que está inserida, o tempo e o espaço que ocupa na sociedade, facilitando-se assim o entendimento da instituição como um todo (Rueda; Freitas; Valls, 2011, p. 78).

Na Ciência da Informação, deparamo-nos com uma produção de estudos sobre memória institucional e patrimônio documental, especialmente com ênfase no campo arquivístico. Nesse âmbito, destacam-se os documentos que desempenham um papel instrumental em questões administrativas e patrimoniais nas Instituições de Ensino Superior.

Adicionalmente, as evidências histórico-culturais contidas na materialidade de livros e outros documentos raros e especiais, bem como suas análises, tornam-se cada vez mais essenciais para a compreensão da história das sociedades. Isso se deve ao fato de que as trajetórias humanas estão intrinsecamente vinculadas à cultura material refletida nas produções e registros do conhecimento presentes nesses legados.

Analisar, portanto, a materialidade do livro e de outros documentos possibilita ao pesquisador explorar questões históricas representadas em expressões e marcas temporais desses dispositivos de comunicação, bem como representá-los. Por meio deles, é possível identificar traços culturais de épocas distintas, contribuindo significativamente para a compreensão do presente. “[...] Os livros não tratam apenas de história: eles constituem e incorporam o próprio registro histórico vivo. É precisamente porque os livros têm esse poder de encapsular o passado que servem como lembrança da efemeridade do presente” (Heritage, 2019, p. 26).

Os livros carregam consigo uma história moldada pelos rastros e marcas que se inscrevem em sua materialidade. São registros originados da dinâmica da vida social e cultural dos sujeitos, refletindo suas produções e interações. Isto é:

Os objetos da cultura material das sociedades – incluindo a documentação manuscrita e impressa por elas produzidas – trazem em sua materialidade uma correspondência com os valores

socialmente aceitos em determinada época e são expressões dos modos de viver e de se relacionar (Almada, 2014, p. 145).

Nessa perspectiva, as possibilidades de representação, preservação e conservação desses acervos revelam indícios do valor e da relevância cultural, histórica e social atribuídas a um determinado patrimônio documental e/ou personalidade na instituição que os resguarda. Ou seja, “[...] Os objetos recebem, cristalizam e reorganizam sentidos provenientes das mais diversas origens, em trocas culturais que são fundamentais para a composição e compreensão da realidade vivida” (Almada, 2014, p. 145).

Nas instituições acadêmicas, possivelmente devido à dispersão e à maneira como os acervos se articulam, ainda existem desafios na forma como suas relevâncias são destacadas. É frequente que familiares de professores falecidos decidam doar seus acervos a instituições às quais esses educadores desempenharam papel significativo, muitas vezes ao longo de décadas. As modalidades de doação e o destino desse material acabam por moldar a dinâmica e a vitalidade do acervo dentro da instituição. Isso é exemplificado pelos acervos pessoais de Maria Conceição de Sousa, e de J.C. Alencar Araripe, doados ao curso de Biblioteconomia da UFC.

Ao nos debruçarmos sobre os livros e outros fragmentos que constituem os acervos de Maria Conceição de Sousa, e de J.C. Alencar Araripe, nos deparamos com obras especiais, não em quantidade, mas em qualidade, que podem reconstruir não somente trajetórias sob diferentes aspectos da Biblioteconomia e do Jornalismo no Ceará, mas também o protagonismo político-identitário dos professores em outras esferas sociais, como por exemplo na Academia Cearense de Letras e no Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará, instituições às quais eles atuavam como intelectuais.

3.1 Os acervos pessoais de Maria Conceição de Sousa, e de J.C. Alencar Araripe

A história do primeiro curso de Biblioteconomia no Ceará, inaugurado em 17 de fevereiro de 1964, e que completa sessenta anos em 2024, é caracterizada pelo protagonismo de mulheres que desempenharam papel essencial na criação do

referido curso na Universidade Federal do Ceará. A figura central desse protagonismo feminino é a professora Maria Conceição de Sousa, a primeira bibliotecária cearense e fundadora do referido curso. Apesar de sua relevância na concretização desse feito, há uma escassez de material publicado sobre essa personalidade, que faleceu em 1991. Conceição, no entanto, deixou um modesto acervo pessoal composto principalmente por livros diversos, especialmente de autores cearenses, algumas obras autorais, manuscritos, folhetos, recortes, panfletos, revistas e outros materiais bibliográficos que ela guardava em decorrência de seu trabalho como educadora, bibliotecária e intelectual.

No caso do curso de Jornalismo da UFC, sua fundação conta com a contribuição efetiva de José Caminha Alencar Araripe (J.C. Alencar Araripe), renomado escritor, professor, jornalista e intelectual cearense. Além do seu papel no jornalismo cearense, sendo ex-presidente da Associação Cearense de Imprensa e membro da Academia Cearense de Letras, J.C. Alencar Araripe também foi agraciado com o Prêmio Esso como repórter do Jornal O Povo.

Com o falecimento de seus proprietários, referidos acervos foram doados ao curso de Biblioteconomia e passaram a ser custodiados pela Biblioteca Laboratório (LABIB). Concebida inicialmente como um ambiente laboratorial para a graduação e outras demandas relacionadas à formação do bibliotecário, a Biblioteca Laboratório foi idealizada em 2007 e inaugurada em 2010. Seu propósito inicial era desenvolver práticas para as disciplinas, oferecer um local de estágio e atender à comunidade por meio de atividades culturais, sociais e acesso à leitura.

No entanto, com a recepção das doações desses acervos intrinsecamente ligados à memória do curso de Biblioteconomia, a LABIB passou a assumir também a responsabilidade pela custódia e preservação. Em uma análise inicial, mais de duzentas obras foram identificadas no acervo de Maria Conceição de Sousa. Algumas delas são consideradas raras ou especiais, conforme os critérios de raridade estabelecidos pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Entre essas obras, destacam-se, por exemplo, o *Compendio elementar de geografia geral e especial do Brasil*, publicado em 1859, de autoria de Thomaz Pompeo de Sousa, e *Parecias*, de 1910, de Soares Bulcão. Além disso, existem obras autografadas

por personalidades brasileiras, algumas dedicadas a Conceição de Sousa, e recortes elaborados pela própria bibliotecária sobre diversos assuntos profissionais, os quais demandarão investigações quanto ao seu contexto histórico, cultural e social, assim como a motivação para destacar esse material. Nessa análise preliminar, constatou-se que o universo documental remonta à segunda metade do século XIX, estendendo-se até o final da década de 1970.

O acervo de J.C. Alencar Araripe foi doado ao curso de Biblioteconomia por sua filha, a professora Fátima Maria Alencar Araripe, que desempenhou papel docente no curso por mais de duas décadas. Com maior predominância, este acervo é composto por livros e revistas. Foram catalogados mais de mil volumes, incluindo obras que datam da década de 1930, algumas delas sendo exemplares únicos, particularmente notáveis no âmbito literário e jornalístico.

No contexto dos acervos abordados nesta pesquisa, é importante destacar que a sua análise requer uma abordagem técnica e científica minuciosa e especializada. Isso se deve ao estado de degradação e fragilidade predominante na materialidade dos suportes. Algumas obras, inclusive, apresentam danos físicos que exigirão um tratamento rigoroso de recuperação. Essa ação será realizada em uma fase posterior deste trabalho.

Entendemos, portanto, que o tratamento a ser aplicado às obras dos acervos em estudo deve incluir o indispensável processo de digitalização. Essa medida busca assegurar a preservação dos documentos em sua materialidade e originalidade, ao mesmo tempo em que viabiliza o acesso aos conteúdos para o público, além de facilitar a realização de outros estudos. A digitalização proposta neste contexto, destaca-se como uma estratégia eficaz não apenas para a preservação material, mas também para a manutenção das informações e, por extensão, do conhecimento gerado por essa ação. Além disso, a digitalização irá criar material de pesquisa com amplo alcance, amplitude e visibilidade.

Considerando que a pesquisa tem o compromisso com a preservação da memória documental institucional da UFC, esses documentos assumem relevância como registros de valor histórico e cultural para a instituição como um todo, não somente no âmbito da Biblioteconomia e do Jornalismo.

4 Considerações finais

Recentemente, foram implementadas algumas iniciativas para a preservação dos acervos em estudo. No momento, eles são objetos de pesquisa de dois projetos financiados por agências de fomento, sendo elas o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Quanto à preservação, conservação e restauro das obras, ainda há um longo percurso a ser percorrido. Somente recentemente elas começaram a receber tratamento técnico. Salienta-se que sua inserção, representação e reconhecimento como elementos da memória institucional, no que se refere às contribuições historiográficas, científicas e técnicas, também têm ocorrido de forma gradual. Entende-se que se trata de um repertório capaz de fornecer referências para estudos sobre a memória institucional, não apenas dos cursos de Biblioteconomia e Jornalismo, mas também para a educação superior no Ceará.

No cenário histórico-cultural atual, a representação desse legado para estudos destaca não apenas a importância da preservação da memória, mas também a valorização dos saberes, experiências e conhecimentos que permeiam as possibilidades de disseminação e compreensão de trajetórias ao longo do tempo. Esses acervos não só contemplam trajetórias sociais, culturais e acadêmicas, mas também revelam vestígios, tanto visíveis quanto invisíveis (Thiesen, 2013), cujas pistas estão presentes nas marcas deixadas por seus proprietários. Portanto, torná-los conhecidos e acessíveis a pesquisadores, comunidade acadêmica e público em geral, possibilitando o acesso à informação neles contida, nos parece imprescindível para subsidiar a constatação de que a memória institucional passa por caminhos e narrativas diversas para dar conta do seu processo de construção gradativa.

Referências

ALMADA, M. Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares da pesquisa. **PÓS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes**, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 134-147, 2014.

AGANETTE, E. C. **Taxonomias corporativas**: um estudo sobre definições e etapas de construção fundamentado na literatura publicada. 2010. Dissertação

(Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ALVARENGA, L. Organização da informação nas bibliotecas digitais. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. (org.). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

BRITTO, A. C. L.; CORRADI, A. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 148-169, 2017.

CAMARGO, A; GOULART, S. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique, 2007.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Ed. da UNB, 1990.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Senac, 2003.

COSTA, I. T. M. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

FEITOZA R. A. B.; DUARTE, E. N. Gestão do conhecimento: base da memória organizacional do serviço de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE) na Paraíba. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 11, n.3, p. 211-226, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/61615>. Acesso em: 01 ago. 2023.

GALVÃO, M. C. B. A análise, a síntese e a representação da informação e a gestão do conhecimento em empresas. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. v. 2, p. 230-239.

GARCIA, L. H. A. Memória, patrimônio e informação: diálogos em uma disciplina nuclear. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. especial, p. 130-148, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3898>. Acesso em: 30 jul. 2023.

GAUDÊNCIO, S. M. **Representação da informação de cibercordéis em blogs: uma análise sob luz da semântica discursiva**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

HERITAGE, B. A arqueologia do livro. In: DINSDALE, A. *et al.* Charlotte Brontë: os manuscritos perdidos. São Paulo: Faro Editorial, 2019.

LOPES, B. P.; RODRIGUES, G. M. As variações terminológicas no contexto dos arquivos pessoais: uma análise das denominações utilizadas por instituições públicas brasileiras. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 23, n. 53, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2018v23n53p87>. Acesso em: 3 ago. 2023.

MICOUD, A. La patrimonialisation ou comment redire ce qui nous relie (un point de vue sociologique). In: Dans Barrère, D. (éd.), **Réinventer le patrimoine**: de la culture à l'économie, une nouvelle pensée du patrimoine ? Paris, L'Harmattan, 2005. p. 81-96.

MOLINA, L. G.; VALENTIM, M. L. P. Memória organizacional como forma de preservação do conhecimento. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 147-169, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/18962>. Acesso em: 3 ago. 2023.

NEVES, P. C.; CERDEIRA J. P. Memória organizacional, gestão do conhecimento e comportamentos de cidadania organizacional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 3-19, 2018. Disponível: <https://doi.org/10.21714/2236-417X2018v8n1>. Acesso em: 30 jul. 2023.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.1996v1n2p37>. Acesso em: 8 dez. 2023.

PINTO, V. B.; MEUNIER, J.; SILVA NETO, C. A contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 1-21, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2008v13n25p15>. Acesso em: 3 ago. 2023.

RUEDA, V. M. S.; FREITAS, A.; VALLS, V. M. Memória institucional: uma revisão de literatura. **CRB8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.78-89, 2011.

SANTOS, R. F. **Indexação de xilogravuras em versos**: a representação entre o real e o imaginário coletivo. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SOUZA, R. F. Trajetória exemplar. In: Bettencourt, A. M. **A representação da informação na Biblioteca Nacional**: do documento tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2013.

VICKERY, B. C. Knowledge representation: a brief review. **Journal of documentation**, United Kingdom, v. 42, n. 3, p. 145-59, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/eb026790>. Acesso em: 3 ago. 2023.

The relationship between institutional memory, information representation, and knowledge management

Abstract: Institutional memory's goal is to guarantee the preservation and transmission of history, identity, and knowledge that an institution has accumulated over time through what is produced by individuals who institute it and its relations with society. In the context of universities, it encompasses a diverse set of materials, representative of this production and its presence in time and space that highlights the socio-cultural and scientific interactions that have shaped the institution's path over time. In this sense, it is understood that institutional memory covers not only official and academic documentation but also thoughts and ideas portrayed in the personal collections of personalities who helped build and are kept in academic libraries. This research arises from the perception that some personal collections, donated to the Federal University of Ceará, lack studies and technical treatment, both in relation to their representativeness and preservation, as well as management and access. The objective of this study is, therefore, to promote a discussion about the possible intersections between institutional memory, information representation, and knowledge management. Two collections stand out briefly and their connections in the formation of this memory through the materials that constitute them. Ultimately, it is recognized that they are integral components of the academic documentary heritage and play an important role in the contextualization of the social, cultural, and scientific history of the university.

Keywords: institutional memory; personal collections; information representation; knowledge management

Recebido: 02/01/2024

Aceito: 05/03/2024

Declaração de autoria:

Concepção e elaboração do estudo: Lidia Eugenia Cavalcante, Odete Máya Mesquita Sales, Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra

Coleta de dados: Lidia Eugenia Cavalcante, Odete Máya Mesquita Sales, Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra

Análise e interpretação de dados: Lidia Eugenia Cavalcante, Odete Máya Mesquita Sales, Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra

Redação: Lidia Eugenia Cavalcante, Odete Máya Mesquita Sales, Maria Aurea

Montenegro Albuquerque Guerra

Revisão crítica do manuscrito: Lidia Eugenia Cavalcante

Como citar

CAVALCANTE, Lidia Eugenia; SALES, Odete Máyra Mesquita; GUERRA, Maria Aurea Montengro Albuquerque. Interseções entre memória institucional, representação da informação e gestão do conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-137828, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.137828>

